



ATAS

ATA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PRÊMIO DESEMBARGADORA NAYDE VASCONCELOS
COMISSÃO AVALIADORA
COMISSÃO ORGANIZADORA

ATA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, a Presidente da Comissão Organizadora e a Presidente da Comissão Avaliadora do Prêmio Desembargadora Nayde Vasconcelos reuniram-se para deliberar sobre três questões de irrisignação das Participantes (SEI n. 0771639, 0774613 e 0777359). QUE a primeira questão reside sobre a quantidade de páginas dos arquivos que foram desclassificados por ultrapassar o limite de 20 (vinte) páginas. QUE motivado pelo questionamento foram submetidos à reanálise, apenas sob a perspectiva das propriedades dos arquivos encaminhados em upload pelas candidatas, 10 (dez) artigos: "TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, AUTORITARISMO MÍDIÁTICO E MONOPOLIZAÇÃO INFORMATIVA: A EROÇÃO DEMOCRÁTICA NAS REDES", "CONFLITOS E DISPUTAS NO DIREITO: O CASO DO DESASTRE DA SAMARCO/VALE/BHP", "AMAZÔNIA, DIREITOS HUMANOS, UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, QUILOMBOS E SUSTENTABILIDADE: A QUESTÃO JURÍDICA DE SOBREPOSIÇÃO TERRITORIAL NA RESERVA EXTRATIVISTA DE IPAÚ-ANILZINHO, PARÁ", "A NARRATIVA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SOBRE A PASSAGEM PELA CASA-ABRIGO E O PODER JUDICIÁRIO: EMPODERAMENTO OU DUPLA VITIMIZAÇÃO?", "RISCOS E DESASTRES NA PERSPECTIVA DA JUSTIÇA ECOLÓGICA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ECOLOGIZAÇÃO DO DIREITO DOS DESASTRES", "CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA- UMA REFLEXÃO SOBRE A MULHER NO SISTEMA PRISIONAL, SUPERANDO BARREIRAS PARA A APLICAÇÃO DA META 05 DA AGENDA 2030", "COMUNIDADES RIBEIRINHAS E A IMPLEMENTAÇÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RIO NEGRO – AMAZONAS: DESAFIOS DAS NORMAS JURÍDICAS REGULADORAS", "LGBTQIAP+, RAÇA, GÊNERO E A ASCENSÃO DO DISCURSO DE ÓDIO RELAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS ANTE O ATUAL CONTEXTO SOCIOTECNOLÓGICO", "ANÁLISE ECONÔMICA DOS DELITOS CONTRA O MEIO AMBIENTE: UMA VISÃO DOS CRIMES CONTRA A FLORA E A DEVASTAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA NA COMARCA DE IRANDUBA – AMAZONAS" e "JURISDIÇÃO ESTATAL E INTERNET: DESAFIOS E POSSIBILIDADES". QUE, consoante laudo da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, os arquivos retromencionados possuem 20 (vinte) páginas. QUE, com amparo na manifestação técnica, as Comissões entendem por conhecer dos recursos 0771639, 0774613 e, no mérito, reformar a decisão de desclassificação dos artigos susmencionados, via de consequência, alterando a lista de classificação conforme ANEXO - RESULTADO FINAL DEFINITIVO. QUE, sobre a segunda questão, relativa à desclassificação por motivo de ineditismo, as Comissões reanalisaram minuciosamente o conteúdo dos artigos, desde os objetivos, método e resultados. QUE, conclui-se pela decisão de conhecer do recurso 0777359 e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a desclassificação do artigo. QUE o Resultado Final Definitivo com a classificação final e notas será publicado, no Diário de Justiça Eletrônico. QUE nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião.

Vânia Marques Marinho

Presidente da Comissão Avaliadora

Bárbara Marinho Nogueira

Presidente da Comissão Organizadora

1º PRÊMIO DESEMBARGADORA NAYDE VASCONCELOS
CONCURSO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS
RESULTADO
CLASSIFICAÇÃO FINAL

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	TÍTULO DO ARTIGO	MÉDIA FINAL
1	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, AUTORITARISMO MÍDIÁTICO E MONOPOLIZAÇÃO INFORMATIVA: A EROÇÃO DEMOCRÁTICA NAS REDES.	9,78
2	CONFLITOS E DISPUTAS NO DIREITO: O CASO DO DESASTRE DA SAMARCO/VALE/BHP	9,71
3	DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADES E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ	9,55
4	REFLEXÕES AO ESTADO-JUIZ SOBRE O USO DA PROPORCIONALIDADE NOS CONFLITOS JUDICIAIS SOBRE EXPLORAÇÃO ECONÔMICA EM TERRA INDÍGENA	9,515
5	AMAZÔNIA, DIREITOS HUMANOS, UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, QUILOMBOS E SUSTENTABILIDADE: A QUESTÃO JURÍDICA DE SOBREPOSIÇÃO TERRITORIAL NA RESERVA EXTRATIVISTA DE IPAÚ-ANILZINHO, PARÁ.	9,5
6	NEOCOLONIALISMO E ESTADO BRASILEIRO: VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES INDÍGENAS YANOMÂMIS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19	9,475



7	O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA A EFETIVIDADE PROCESSUAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS NO ESTADO DO AMAZONAS	9,475
8	VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS POR DISCRIMINAÇÃO ESTRUTURAL INTERSECCIONAL COMO CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO DIREITO AO TRABALHO	9,47
9	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA PERSPECTIVA FEMINISTA MATRICÊNTRICA DECOLONIAL	9,465
10	MODERAÇÃO DE CONTEÚDO NO MARCO CIVIL DA INTERNET: BREVES CONSIDERAÇÕES À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS	9,425
11	A PROPORCIONALIDADE PANPROCESSUAL E A SUSTENTABILIDADE DO PROCESSO CIVIL: EM BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA O SERVIÇO JUSTIÇA	9,4
12	POR UM MEIO AMBIENTE DE TRABALHO SADIO: O COMBATE AO ASSÉDIO MORAL NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA BRASILEIROS	9,39
13	CONVERSÃO DA AÇÃO INDIVIDUAL EM AÇÃO COLETIVA: DO VETO PRESIDENCIAL AO ARTIGO 333 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 AOS PROJETOS DE LEI DA NOVA AÇÃO CIVIL PÚBLICA	9,35
14	INJUSTIÇA PENAL: MULHERES IMIGRANTES FRONTEIRIÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.	9,29
15	A POSTURA DO JUIZ DIANTE DA REPETIÇÃO DE DEMANDAS NO PROCESSO CIVIL: A RELAÇÃO ENTRE O PROCESSO COLETIVO E O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	9,2625
16	AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE: OBRIGAÇÃO DA MULHER OU DIREITO DA CRIANÇA, IMPORTANCIA DO EXAME DE DNA GRATUITO	9,185
17	A CONTRIBUIÇÃO DO PROCESSO ELETRÔNICO NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL ÁGIL E EFETIVA	9,135
18	A NARRATIVA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SOBRE A PASSAGEM PELA CASA ABRIGO E O PODER JUDICIÁRIO: EMPODERAMENTO OU DUPLA VITIMIZAÇÃO?	9,13
19	O DIREITO, AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	9,135
20	A SEPARAÇÃO DE PODERES NA CONSTITUIÇÃO DE 1988: TENSÕES E DESAFIOS AOS DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS	9,09
21	RISCOS E DESASTRES NA PERSPECTIVA DA JUSTIÇA ECOLÓGICA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ECOLOGIZAÇÃO DO DIREITO DOS DESASTRES	8,98
22	PRESCRIÇÃO MÉDICA E ÉTICA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE BRASILEIRO: DESAFIOS NO TRATAMENTO DO CÂNCER	8,97
23	A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ELABORAÇÃO DE SENTENÇAS	8,965
24	CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA- UMA REFLEXÃO SOBRE A MULHER NO SISTEMA PRISIONAL, SUPERANDO BARREIRAS PARA A APLICAÇÃO DA META 05 DA AGENDA 2030	8,94
25	AS AUDIÊNCIAS CÍVEIS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO POR VIDEOCONFERÊNCIA NA PERCEPÇÃO DE ATORES PROCESSUAIS: UMA ANÁLISE DO JUDICIÁRIO AMAZONENSE	8,9
26	A CULPA É SUA! A POLÍTICA DA RESPONSABILIZAÇÃO DO CIDADÃO PELO DESMONTE DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL A PARTIR DO OLHAR DE KEN LOACH NO FILME "EU, DANIEL BLAKE".	8,705



27	A CRISE DE LEGITIMIDADE DO PODER JUDICIÁRIO E O SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIPORTAS: A CONCILIAÇÃO EM UMA NOVA PERSPECTIVA DE ACESSO À JUSTIÇA PARA A RESOLUÇÃO ADEQUADA DOS CONFLITOS	8,66
28	O ABORTO LEGAL E O DIREITO DA VÍTIMA VULNERÁVEL À INFORMAÇÃO E À TOMADA DE DECISÃO	8,56
29	COMUNIDADES RIBEIRINHAS E A IMPLEMENTAÇÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RIO NEGRO – AMAZONAS: DESAFIOS DAS NORMAS JURÍDICAS REGULADORAS	8,52
30	JUIZADO ACOLHEDOR E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS HUMANIZADA	8,5
31	IMPACTOS DA DISPENSA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO NO TOTAL DE ACORDOS HOMOLOGADOS: UM ESTUDO DE CASO NO 8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE MANAUS	8,47
32	ADOLESCENTE INFRATOR: APLICAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA ANTERIOR À MEDIDA SOCIOEDUCATIVA COMO PROCEDIMENTO EFICAZ NA EFETIVAÇÃO DA JUSTIÇA	8,46
33	INCLUSÃO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS AO MEIO DIGITAL: A CONSTRUÇÃO PRÁTICA DE UM PLURALISMO JURÍDICO	8,44
34	A INVERSÃO DO JULGAMENTO E A CULPABILIZAÇÃO DA VÍTIMA EM CASOS DE ESTUPRO: UMA ANÁLISE DO CASO MARIANA FERRER	8,4
35	LGBTQIAP+, RAÇA, GÊNERO E A ASCENSÃO DO DISCURSO DE ÓDIO: RELAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS ANTE O ATUAL CONTEXTO SOCIOTECNOLÓGICO	8,28
36	DO ANTROPOCENO À LIDE ECOLÓGICA: AS ATRIBUIÇÕES DA LITIGÂNCIA CLIMÁTICA NA MANUTENÇÃO DO JUÍZO DE SUSTENTABILIDADE	8,02
37	ANÁLISE DE LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS E POLÍTICAS ESPORTIVAS EXISTENTES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE FOMENTAÇÃO DA CIDADANIA EM MANAUS/AM	7,99
38	ANÁLISE ECONÔMICA DOS DELITOS CONTRA O MEIO AMBIENTE: UMA VISÃO DOS CRIMES CONTRA A FLORA E A DEVASTAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA NA COMARCA DE IRANDUBA – AMÁZONAS	7,73
39	A CRIAÇÃO DE UMA LEI PARA LEGALIZAR A TUTELA RESPONSÁVEL E PROTEGER O ANIMAL DE ESTIMAÇÃO CONTRA O ABANDONO EM MEIO AMBIENTE PÚBLICO OU PRIVADO PELO TUTOR	6,4
40	JURISDIÇÃO ESTATAL E INTERNET: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	4,61

ARTIGOS DESCLASSIFICADOS

TÍTULO DO ARTIGO	DISPOSITIVO
EVOLUÇÃO DA LITIGÂNCIA CLIMÁTICA NO BRASIL E NA ALEMANHA: EM BUSCA DE UMA DOUTRINA DO DIREITO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	Item 5.4 do edital
PRIMEIRAS REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS REGULADORES NO TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS ENTRE CONSUMIDORES E AGENTES REGULADOS	Item 5.4 do edital

Vânia Marques Marinho
Presidente da Comissão Avaliadora

Bárbara Marinho Nogueira
Presidente da Comissão Organizadora